

Ensino de Direito do Trabalho no Ensino Médio Integrado: impactos de uma oficina pedagógica

Teaching Labor Law in Integrated Secondary Education: Impacts of a Pedagogical Workshop

Recebido: 05/05/2025 | **Revisado:** 11/07/2025 | **Aceito:** 20/07/2025 | **Publicado:** 30/07/2026

Alda Batista de Morais

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1223-0141>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
E-mail: aldabyt@hotmail.com

Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6857-7947>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
E-mail: andreza.tavares@ifrn.edu.br

Como citar: MORAIS, A. B.; TAVARES, A. M. B. N. Ensino de Direito do Trabalho no Ensino Médio Integrado: impactos de uma oficina pedagógica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 02, n. 26, p. 1-16 e18586, jul. 2026. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este estudo, vinculado ao Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRN, campus Mossoró, examina os impactos do ensino de Direito do Trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para isso, foi realizada a oficina pedagógica "Direito do Trabalho: o que você precisa saber!?", no curso de Informática. A iniciativa buscou fomentar o conhecimento sobre direitos trabalhistas entre jovens estudantes. A análise qualitativa, fundamentada na abordagem temática de Minayo (2016), revelou categorias que expressam as percepções dos participantes. Os resultados evidenciaram avanços significativos na compreensão das normas trabalhistas e na conscientização sobre os direitos e deveres dos futuros trabalhadores, destacando o valor desse ensino para a formação cidadã e crítica.

Palavras-chave: Oficina Pedagógica; Direito do Trabalho; Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract

This study, linked to the Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT) at IFRN, Mossoró campus, examines the impacts of teaching Labor Law in Professional and Technological Education (PTE). For this purpose, the pedagogical workshop "Labor Law: What You Need to Know!" was conducted in the Informatics course. The initiative aimed to promote knowledge about labor rights among young students. The qualitative analysis, based on Minayo's (2016) thematic approach, revealed categories reflecting the participants' perceptions. The results demonstrated significant advances in understanding labor regulations and raising awareness about the rights and duties of future workers, highlighting the value of this teaching in fostering critical and citizenship-oriented education.

Keywords: Pedagogical Workshop; Labor Law; Professional and Technological Education.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Médio Integrado (EMI), modalidade que articula formação geral e técnica, exerce papel estratégico na preparação de jovens para os desafios do mundo do trabalho e da cidadania. Dentro dessa perspectiva, o ensino de Direito do Trabalho revela-se essencial à formação integral, ampliando a capacidade crítica dos estudantes frente às dinâmicas laborais contemporâneas.

Diante das profundas transformações econômicas, sociais e culturais das últimas décadas, torna-se indispensável ir além da formação técnica e incluir a compreensão das normativas que estruturam as relações de trabalho. No entanto, apesar da relevância histórica da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943, muitos estudantes concluem a educação básica sem o domínio mínimo de seus direitos, tornando-se vulneráveis à precarização, à informalidade e à ausência de proteção legal — conforme apontam Moraes, Tavares e Maia (2025). Esse vazio curricular revela-se não apenas como lacuna pedagógica, mas como fator de exclusão social que compromete a inserção crítica e segura dos jovens no mundo laboral.

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, conforme os referenciais de Minayo (2016), para analisar os impactos de uma oficina pedagógica voltada ao ensino de Direito do Trabalho, realizada no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Intitulada “*Direito do Trabalho: o que você precisa saber!?*”, a oficina promoveu experiências educativas baseadas em metodologias participativas — como estudos de caso, debates e simulações — que estimularam a análise crítica da realidade social e trabalhista vivenciada pelos estudantes.

O estudo dialoga com contribuições teóricas nacionais sobre o ensino jurídico na EPT, ampliando o escopo por meio da interlocução com os princípios da Formação Humana Integral, da Politecnia e da omnilateralidade, considerados fundamentais à construção de currículos integrados e emancipatórios.

Assim, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o papel do ensino jurídico na formação cidadã dos estudantes do EMI, analisando os efeitos da experiência pedagógica a partir de uma perspectiva teórica e institucional. Ao compartilhar essa vivência, busca-se contribuir com práticas inovadoras que fortaleçam o ensino de Direito do Trabalho na Educação Básica, promovendo articulações efetivas entre educação, trabalho e cidadania.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A educação sobre os direitos trabalhistas desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e informados. A oficina pedagógica “Direito do Trabalho: o que você precisa saber!?”, foi elaborada com o objetivo de proporcionar aos participantes uma compreensão sólida dos principais conceitos e da legislação que regula as relações de trabalho no Brasil. Essa abordagem educativa busca ir além do conhecimento teórico, incentivando os alunos a aplicarem o que aprendem em situações práticas do cotidiano. Afonso (2006) define oficina como

[...] um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na oficina não se restringe a uma reflexão racional mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir (Afonso, 2006, p. 9).

A oficina, portanto, configura-se como um espaço colaborativo destinado à reflexão e à construção coletiva de conhecimentos, integrando as dimensões do pensar, sentir, problematizar e agir de maneira transformadora. Conforme destacado pelo autor supracitado (2006), sua concepção envolve quatro etapas fundamentais que estruturam o desenvolvimento e a organização das atividades. A primeira é a análise da demanda, momento em que se define o tema principal, considerando os interesses dos participantes ou necessidades identificadas pelo mediador. A segunda etapa, denominada análise prévia, compreende o levantamento de informações e a identificação de "temas-geradores" que subsidiarão o desenvolvimento das atividades. A terceira etapa é a definição do foco e do enquadre, abrangendo a delimitação do público-alvo, a escolha do local, os recursos disponíveis e o número de encontros necessários. Por fim, a quarta etapa, o planejamento flexível, é responsável por organizar as atividades de forma adaptativa, garantindo a possibilidade de ajustes para atender aos objetivos propostos pela oficina.

Vieira e Volquind (2002), complementam essa organização ao sugerir três etapas fundamentais para as oficinas: contextualização, planificação e reflexão. A contextualização consiste na introdução ao tema, identificação de conhecimentos prévios e apresentação de situações-problema, promovendo um conflito sociocognitivo. Na planificação, os participantes desenvolvem ações e instrumentos para solucionar problemas comuns, com finalidade social. Por fim, a reflexão envolve a sistematização dos conhecimentos produzidos e a avaliação das atividades, visando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Com base nesses fundamentos teóricos e metodológicos, e nos preceitos de Souza e Araújo (2020), a oficina pedagógica "*Direito do Trabalho: o que você precisa saber!?*", incorporou como elementos centrais o diálogo, a colaboração, o respeito à diversidade, a formação humana integral como objetivo, flexibilidade e ação orientada ao contexto social.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

Este estudo foi conduzido com base em uma análise qualitativa, alinhando-se aos princípios metodológicos descritos por Minayo (2016), que enfatizam a compreensão profunda dos fenômenos sociais a partir do contexto e das interações dos sujeitos envolvidos. O objetivo foi investigar os impactos do ensino de Direito do Trabalho no Ensino Médio Integrado através da aplicação da oficina pedagógica "*Direito do Trabalho: o que você precisa saber!*". A metodologia qualitativa permitiu

explorar as percepções, experiências e reflexões dos estudantes em relação ao conteúdo apresentado e às atividades realizadas.

O ensino do Direito do Trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) representa uma abordagem inovadora e relevante para atender às demandas do mundo do trabalho e para apoiar os estudantes na construção de uma cidadania mais consciente e responsável. Segundo Moraes, Tavares e Maia (2025), essa temática, embora essencial, apresenta uma lacuna na sua integração aos currículos do Ensino Médio Integrado, o que pode limitar o desenvolvimento de conhecimentos trabalhistas e comprometer uma inserção mais segura e crítica no mundo do trabalho.

Diante dessa realidade, a oficina pedagógica em comento, "*Direito do Trabalho: O que Você Precisa Saber!?*", foi planejada e implementada como estratégia metodológica para suprir essa lacuna. Desenvolvida no âmbito do Curso Técnico de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Mossoró, a oficina teve como objetivo proporcionar aos estudantes um entendimento básico e contextualizado sobre os principais aspectos do Direito do Trabalho, além de promover reflexões críticas acerca de sua aplicação prática.

Estruturada em quatro momentos distintos e realizada em três encontros, com carga horária total de seis horas/aula, a oficina foi cuidadosamente planejada para combinar teoria e prática, promovendo uma abordagem participativa e interativa. A etapa inicial envolveu a aplicação de um questionário diagnóstico para identificar as necessidades e interesses dos estudantes, auxiliando na escolha dos "temas-geradores" que orientaram os conteúdos abordados ao longo da oficina. Posteriormente, a etapa teórica abordou conceitos fundamentais sobre o Direito do Trabalho, com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na Constituição Federal de 1988 e outras legislações vigentes no ordenamento jurídico brasileiro. As atividades práticas, por sua vez, possibilitaram a aplicação direta dos conteúdos em casos concretos, promovendo uma aproximação dos estudantes com a realidade trabalhista.

Integrada ao contexto da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFRN, campus Mossoró, a oficina se mostrou não apenas uma experiência inovadora para os participantes, mas também uma contribuição acadêmica. Além de avaliada por meio de questionário aplicado aos participantes, sua concepção e metodologia foram submetidas à validação acadêmica por uma banca de mestrado, durante a defesa da dissertação vinculada a este trabalho, consolidando sua relevância para o ensino de Direito do Trabalho na Educação Profissional e Tecnológica.

A metodologia adotada destacou-se pelo caráter participativo e interativo, promovendo debates, estudos de caso e atividades práticas que favoreceram o engajamento dos estudantes e a contextualização dos conteúdos. Essa abordagem reforça a aplicabilidade do tema em contextos interdisciplinares, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica do Direito do Trabalho no Ensino Médio Integrado.

Ao longo deste artigo, são discutidos os resultados obtidos e as reflexões acerca da implementação da oficina pedagógica, demonstrando seu potencial como

estratégia metodológica voltada à melhoria do processo de ensino-aprendizagem na EPT. Busca-se evidenciar como o conhecimento trabalhista pode ser integrado ao currículo escolar, promovendo a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para os desafios do mundo profissional. Essas reflexões reforçam a importância de um planejamento estratégico e detalhado, como o realizado para a concepção desta oficina pedagógica.

2.1.1 Planejamento da Oficina Pedagógica

O planejamento foi iniciado com uma revisão sistemática de literatura nas bases de dados nacionais do Observatório ProfEPT, domínio: <https://obsprofapt.midi.upt.iftm.edu.br/>, e do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, domínio: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogotese/#/>, considerando referências teóricas sobre metodologias ativas e ensino jurídico, com ênfase no ensino do Direito do Trabalho no contexto do EMI dos Institutos Federais de Educação (IF). Após essa etapa inicial, a pesquisa avançou com a análise das práticas pedagógicas adotadas no ensino médio integrado (EMI) em diferentes Instituições Federais, identificando possibilidades de integração curricular e estratégias metodológicas aplicáveis. Em seguida, foi realizada a concepção da oficina pedagógica, fundamentada nos resultados das análises preliminares e adaptada às necessidades diagnosticadas dos estudantes, consolidando-a como uma proposta de intervenção educativa que priorizasse a interdisciplinaridade e o ensino crítico-reflexivo.

Além disso, a elaboração e execução da oficina pedagógica foram orientadas por princípios metodológicos que asseguram o protagonismo dos estudantes e a “integração entre teoria e prática” (Kuenzer, 2016). Esses princípios buscam potencializar o processo de ensino e aprendizagem, promovendo experiências significativas e contextualizadas. Como base teórica, foram considerados os fundamentos da pedagogia crítica de Freire (2019), que enfatiza o papel ativo dos estudantes no processo de aprendizagem e a educação como prática de liberdade. Dentre os princípios considerados, Destacam-se:

- a. Protagonismo estudantil: os participantes foram posicionados como agentes principais na construção do conhecimento, sendo estimulados a participar ativamente das atividades propostas, refletindo e contribuindo com suas experiências e opiniões.
- b. Contextualização: O conteúdo e as atividades da oficina foram planejados com base em situações concretas e próximas à realidade dos alunos, conectando o ensino de Direito do Trabalho às questões do cotidiano, cidadania e mundo do trabalho.
- c. Colaboração: As dinâmicas incentivaram o trabalho em grupo, promovendo a interação, o diálogo e a troca de conhecimentos entre os participantes, fortalecendo o aprendizado coletivo.
- d. Experimentação prática: Foram utilizadas estratégias que integraram teoria e prática, como estudos de caso, simulações e debates, permitindo aos alunos vivenciarem os conceitos de forma mais concreta e aplicada.

- e. Interdisciplinaridade: A oficina dialogou com outras áreas do conhecimento, enriquecendo a experiência de aprendizado e promovendo a compreensão ampla e integrada dos temas abordados.
- f. Flexibilidade: O planejamento das atividades foi adaptado às necessidades, interesses e ritmos dos alunos, garantindo maior engajamento e inclusão de todos os participantes.

Além disso, foram elaborados instrumentos qualitativos para registrar as percepções dos participantes, como questionários semiestruturados e anotações de observação realizadas durante as atividades.

2.1.2 Descrição dos Participantes

Os participantes da oficina pedagógica intitulada *“Direito do Trabalho: o que você precisa saber!?”*, foram os estudantes do 4º ano do Curso Técnico Integrado em Informática do Ensino Médio, do IFRN, campus Mossoró, regularmente matriculados no ano letivo de 2024. A escolha dessa turma baseou-se na relevância do tema para os alunos dessa etapa do curso, considerando que muitos estavam ingressando no mercado de trabalho ou já desempenhavam atividades laborais. Essa iniciativa proporcionou uma oportunidade valiosa de acesso a informações sobre direitos e deveres trabalhistas, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica, da capacidade reflexiva e da autonomia em suas práticas sociais e profissionais.

Além dos estudantes, a oficina contou com a valiosa colaboração de um professor da turma, cuja participação foi essencial para o sucesso da iniciativa. Ele desempenhou um papel ativo ao realizar uma entrevista diagnóstica inicial, que possibilitou identificar os conhecimentos prévios dos alunos e direcionar a seleção dos conteúdos abordados, garantindo que estes estivessem alinhados às necessidades educacionais específicas da turma. Além disso, ao final das atividades, o professor avaliou a oficina por meio de uma entrevista avaliativa, proporcionando importantes contribuições para a análise de sua efetividade. Ao todo, 29 participantes estiveram presentes e engajados nas atividades realizadas.

2.1.3 Execução da Oficina Pedagógica

A oficina pedagógica *“Direito do Trabalho: o que você precisa saber!?”*, foi realizada entre os dias 6 e 8 de agosto de 2024, na turma do 4º ano do Curso Técnico Integrado em Informática do Ensino Médio do IFRN, Campus Mossoró. Com uma carga horária total de seis horas/aula, distribuídas em três encontros, ela foi estruturada em quatro momentos distintos, que articularam teoria e prática para alcançar os objetivos propostos.

No primeiro momento, realizou-se a apresentação inicial da oficina, abordando seu tema, objetivos e estratégias pedagógicas. Além disso, foi elaborado um questionário diagnóstico, cujo objetivo era identificar as principais necessidades e

interesses dos participantes, contribuindo para a formulação de temas-geradores que orientariam os conteúdos trabalhados.

O segundo momento consistiu na etapa teórica da oficina, com explanações sobre conceitos básicos do Direito do Trabalho, com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Foram apresentados temas como direitos e deveres de empregados e empregadores, jornada de trabalho, contratos de trabalho, salário, benefícios, rescisões contratuais. Exemplos práticos ilustraram a relevância do conteúdo no contexto atual, promovendo uma compreensão mais contextualizada pelos estudantes.

O terceiro momento concentrou-se em atividades práticas. Os participantes foram organizados em grupos para resolver casos práticos relacionados ao Direito do Trabalho, aplicando os conhecimentos adquiridos na etapa teórica. Cada grupo analisou um caso específico e propôs soluções que, posteriormente, foram discutidas de forma coletiva. Esse momento enfatizou a importância dos direitos trabalhistas e seu papel na sociedade, incentivando reflexões críticas entre os estudantes.

O quarto momento foi dedicado ao encerramento e avaliação da oficina. Um questionário avaliativo foi aplicado aos participantes, buscando mensurar o alcance dos objetivos pedagógicos e captar percepções sobre a relevância da oficina para o processo de ensino-aprendizagem.

A estrutura organizacional e pedagógica da oficina está detalhada no roteiro apresentado na Figura 1, que descreve as etapas, atividades e o tempo dedicado a cada momento.

Quadro 1: Roteiro da Oficina Pedagógica

Etapa	Tempo	Atividades
1º Momento	20 min	Acolhida dos participantes, apresentação do tema, objetivos e estratégias pedagógicas.
Apresentação /Elaboração	25 min	Elaboração de temas-geradores por meio da aplicação do questionário diagnóstico
2º Momento Realização	45 min	Introdução ao Direito do Trabalho; apresentação de leis trabalhistas básicas e conceitos sobre contratos de trabalho; contextualização com exemplos reais.
3º Momento Atividade Prática	30 min	Atividades práticas: resolução de casos práticos em grupos, proposição de soluções e discussão coletiva; reflexão sobre direitos trabalhistas na sociedade contemporânea.
4º Momento Encerramento /Avaliação	15 min	Avaliação da oficina por meio de questionário; encerramento com retomada dos pontos principais discutidos e incentivo à aplicação dos conhecimentos na vida pessoal e profissional.

Fonte: Produzido pela autora, (2024).

Recursos Materiais

Para a realização da oficina pedagógica, foram utilizados os seguintes recursos materiais: sala de aula ou espaço educativo, cinco folhas de papel A4 com os casos práticos impressos para atividades em grupo, projetor multimídia, material de apoio sobre Direito do Trabalho (textos, slides, etc.), um notebook, lápis para quadro e celular com câmera para registro fotográfico das atividades.

2.1.4 Instrumentos de Coleta Qualitativa

A coleta de dados qualitativos foi realizada por meio de instrumentos que permitiram explorar as percepções, opiniões e experiências dos participantes em relação ao tema da oficina pedagógica. Os principais instrumentos utilizados foram:

- a. Questionário Diagnóstico: Aplicado no início da oficina, este instrumento teve como objetivo identificar as necessidades, expectativas e conhecimentos prévios dos estudantes sobre os direitos trabalhistas. As respostas fornecidas ajudaram a orientar a construção de temas-geradores que nortearam os conteúdos e atividades desenvolvidos.
- b. Observação Participante: Durante os encontros, a observação participante foi utilizada como ferramenta para registrar interações, engajamento e a dinâmica dos grupos nas atividades propostas. Este método permitiu captar aspectos subjetivos e comportamentais que enriqueceram a análise qualitativa.
- c. Questionário Avaliativo: Aplicado ao final da oficina, este questionário foi composto por perguntas abertas, que buscaram captar as percepções dos participantes sobre a relevância, clareza e aplicabilidade dos conteúdos abordados, e das atividades realizadas no processo de aprendizagem.
- d. Registro Fotográfico: O uso de fotografias possibilitou a documentação visual das atividades realizadas, contribuindo para o registro das interações e da execução da oficina. Esse material complementar serviu como apoio para a análise interpretativa dos resultados.

2.1.5 Análise dos Dados

A análise qualitativa foi orientada pela metodologia descrita por Minayo (2016), que sugere a categorização de dados em unidades temáticas para identificar padrões e elementos significativos. O processo de análise incluiu as seguintes etapas:

- a. Organização dos Dados: Os dados coletados por meio de questionários, observação participante e registros fotográficos foram organizados em categorias preliminares, com base nas respostas dos participantes e nas interações observadas durante os encontros da oficina pedagógica.
- b. Categorização Temática: Após a organização inicial, os dados foram analisados e agrupados em unidades temáticas, conforme os princípios da metodologia de Minayo (2016). As categorias emergentes refletiram os principais aspectos abordados na oficina, como compreensão dos direitos trabalhistas,

aplicabilidade prática desses conhecimentos na formação cidadã dos estudantes.

- c. Interpretação e Contextualização: Cada unidade temática foi analisada de forma detalhada, buscando identificar elementos significativos e padrões recorrentes. Essa etapa priorizou a contextualização dos dados, relacionando-os ao objetivo do estudo e às necessidades identificadas no questionário diagnóstico.
- d. Validação dos Resultados: Para garantir a confiabilidade das análises, os dados categorizados foram revisados e validados com base em triangulação entre as informações coletadas por diferentes instrumentos. Esse método buscou reforçar a consistência e precisão das interpretações realizadas.

Por meio dessas etapas, foi possível mensurar os resultados da oficina pedagógica no processo de ensino-aprendizagem e na formação cidadã dos estudantes, evidenciando os resultados obtidos e os reflexos da metodologia aplicada no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

2.1.6 Aspectos Éticos

Todo o processo de pesquisa que culminou com a elaboração e aplicação da oficina pedagógica, foi conduzido em conformidade com rigorosas diretrizes éticas, assegurando o respeito integral aos direitos dos participantes. O projeto foi devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do IFRN/Natal, em 02 de abril de 2024, pelo Parecer Consubstanciado nº 6.737.999, garantindo que todas as etapas estivessem alinhadas às normas éticas e científicas vigentes.

Os participantes foram informados detalhadamente sobre os riscos, objetivos, métodos e finalidades do estudo, permitindo que compreendessem plenamente o contexto e suas implicações. O envolvimento no projeto ocorreu de forma voluntária, sendo assegurada a liberdade de participação ou desistência a qualquer momento, sem prejuízos. Como parte do processo, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no caso dos maiores de idade, ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), no caso de menores de idade, com a autorização de seus responsáveis legais. Esses documentos formalizaram o consentimento, garantindo o cumprimento das normativas éticas.

A proteção da identidade e privacidade dos participantes foi tratada como prioridade. O anonimato foi garantido por meio de estratégias que impediram a identificação pessoal dos dados coletados, e a confidencialidade foi preservada durante todas as etapas da pesquisa, em conformidade com a Resolução CNS nº 466/2012. Além disso, o tratamento dos dados seguiu as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), assegurando que as informações fossem protegidas contra usos indevidos e mantidas em segurança.

Outro aspecto ético relevante foi o cuidado com o papel sociais e educacional das ações realizadas. A pesquisa evitou qualquer forma de constrangimento, discriminação ou vulnerabilidade dos participantes, alinhando-se à Lei nº 14.874/2024, que regulamenta a condução de pesquisas com seres humanos e reforça a proteção

aos direitos, segurança e bem-estar dos envolvidos. As práticas adotadas reafirmaram o compromisso ético do estudo, pautado pela transparência, responsabilidade e respeito, contribuindo para o fortalecimento da integridade científica e para a valorização dos direitos dos participantes.

Os dados obtidos por meio desses instrumentos foram analisados qualitativamente, buscando identificar padrões, percepções e reflexões que contribuíram para compreender os impactos da oficina pedagógica no processo de ensino-aprendizagem e na formação cidadã dos estudantes.

2.1.7 Abordagem Metodológica para Avaliação da oficina

Para avaliar os resultados da oficina pedagógica *“Direito do Trabalho: o que você precisa saber!?”*, foi adotada uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa, complementada por elementos quantitativos. Essa combinação permitiu uma análise abrangente e aprofundada, explorando tanto as percepções subjetivas dos participantes quanto indicadores objetivos relacionados ao desempenho e à participação durante as atividades.

A dimensão qualitativa foi central para captar as nuances das experiências e reflexões dos estudantes em relação à oficina. Foram utilizados instrumentos como questionários abertos, observação participante e análises temáticas de discussões realizadas ao longo dos encontros. Esses métodos qualitativos possibilitaram identificar aspectos como a relevância dos conteúdos abordados, o grau de aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos com a oficina, na construção de uma consciência crítica sobre os direitos e deveres trabalhistas.

Já os dados quantitativos, por sua vez, complementaram a análise ao fornecerem indicadores objetivos que ajudaram a mensurar o alcance da oficina. Foram analisadas métricas como a frequência dos participantes nos encontros, o número de casos práticos resolvidos com sucesso e as respostas a questionários avaliativos estruturados. Esses dados ofereceram uma perspectiva clara sobre o engajamento dos estudantes e a efetividade das estratégias pedagógicas adotadas.

A integração entre abordagens qualitativas e quantitativas favoreceu uma visão equilibrada e completa dos resultados da oficina. Essa metodologia híbrida não apenas garantiu uma avaliação rigorosa e confiável, como também reforçou o compromisso do estudo com a triangulação de métodos, conforme recomendado por Minayo (2005).

Ao longo do processo, buscou-se respeitar a subjetividade dos participantes, promovendo reflexões críticas e alinhadas aos objetivos pedagógicos propostos. Os resultados da análise permitiram evidenciar os resultados da oficina no processo de ensino-aprendizagem e na formação cidadã dos estudantes, confirmando a relevância do tema no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da análise qualitativa indicam que a oficina pedagógica "*Direito do Trabalho: o que você precisa saber!?*", teve impactos significativos no contexto do Ensino Médio Integrado, contribuindo para o fortalecimento da consciência cidadã e do entendimento sobre o universo trabalhista por parte dos estudantes. A seguir, são apresentados os principais resultados, organizados em categorias temáticas, juntamente com a discussão sobre suas implicações e os desafios enfrentados.

3.1 AMPLIAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO

Os dados revelam avanços significativos na apropriação dos conceitos jurídicos entre os estudantes, especialmente no que se refere aos direitos trabalhistas fundamentais. Essa elevação pode ser interpretada como indício da superação do chamado "currículo oculto" (APPLE, 2006), que marginaliza conteúdos considerados periféricos, como os direitos sociais. A introdução explícita do Direito do Trabalho no contexto do Ensino Médio Integrado rompe com essa lógica, contribuindo para uma escolarização mais crítica e inclusiva.

Sob a ótica da formação omnilateral (SAVIANI, 2007), o conhecimento jurídico deixa de ser meramente informativo e passa a cumprir uma função emancipadora, promovendo uma compreensão crítica das estruturas sociais e das relações de trabalho. Os estudantes deixam de ser receptores passivos para se tornarem sujeitos que compreendem e reivindicam seus direitos com base em uma leitura reflexiva da realidade.

A análise dos questionários diagnósticos e avaliativos revela que, antes da oficina, muitos estudantes desconheciam conceitos fundamentais da legislação trabalhista. Após a intervenção, observou-se uma expressiva elevação na familiaridade com temas como direitos básicos, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a distinção entre trabalho formal e informal, conforme disposto no quadro abaixo.

Quadro 2: Evolução do conhecimento jurídico dos estudantes antes e após a oficina pedagógica

Tema Avaliado	Conhecimento Claro (Antes)	Desconhecimento (Antes)	Conhecimento Claro (Depois)	Desconhecimento (Depois)
Direitos trabalhistas básicos	46,4%	28,6%	85,7%	0%
Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	28,6%	28,6%	60%	16%

Trabalho formal e informal	28,6%	28,6%	48%	20%
----------------------------	-------	-------	-----	-----

Fonte: Dados obtidos por meio dos questionários aplicados antes e depois da oficina (2024).

Esse avanço vai além da assimilação conceitual: reflete o fortalecimento da autonomia intelectual dos estudantes diante das complexidades do mundo do trabalho, alinhando-se à concepção da Educação Profissional e Tecnológica como prática social transformadora (FRIGOTTO, 2005). A apropriação dos conteúdos jurídicos permitiu aos participantes reconhecerem os direitos trabalhistas como instrumentos de proteção, participação e cidadania.

A ampliação do conhecimento jurídico observada nesta experiência configura-se como um processo formativo que articula saber técnico, reflexão social e consciência crítica, reafirmando o papel da escola como espaço legítimo para a democratização do saber dos sujeitos frente às relações laborais.

Tais resultados expressam o impacto efetivo da metodologia participativa, que favoreceu a contextualização dos conteúdos legais e a construção de sentido pelos estudantes. O crescimento nos indicadores de conhecimento, evidenciado no Quadro 2, não apenas demonstra maior familiaridade com os temas abordados, mas também revela o desenvolvimento do pensamento crítico — essencial para a atuação consciente e emancipada no mundo do trabalho.

3.2 DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E CIDADÃ

A oficina pedagógica desempenhou um papel significativo no fomento da formação cidadã dos estudantes, ao criar um espaço que possibilitou a discussão de temas relacionados à justiça social e aos direitos trabalhistas. Os participantes foram incentivados a explorar e discutir questões como a desigualdade no acesso a direitos e a precarização das condições de trabalho em diferentes setores. Essas atividades estimularam debates importantes, permitindo aos estudantes refletirem sobre os desafios enfrentados por trabalhadores no Brasil e a relevância de se construir uma sociedade mais justa e igualitária.

As reflexões compartilhadas durante as atividades demonstraram como a oficina transcendeu a simples transmissão de conhecimentos jurídicos. Ao promover discussões críticas e interativas, criando um ambiente onde os estudantes puderam aprofundar seu entendimento sobre os direitos trabalhistas e sua conexão com a realidade social. Esse tipo de abordagem educacional, fundamentada nos princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire (1999), reforça a importância de uma educação que valorize a participação ativa dos estudantes e sua capacidade de análise reflexiva.

Nesse sentido, a oficina também evidenciou aspectos das práticas educacionais que integram dimensões éticas, sociais e políticas à formação técnica. Ao associar o conhecimento teórico à prática e incentivar o desenvolvimento de uma consciência crítica, a experiência contribuiu para que os estudantes assumissem uma

postura mais consciente e comprometida com seus direitos e deveres como futuros trabalhadores. Esses resultados apontam para a importância de estratégias pedagógicas que promovam não apenas a aprendizagem técnica, mas também a formação integral dos educandos.

3.3 ENGAJAMENTO E PROTAGONISMO DOS ESTUDANTES

A metodologia adotada na oficina priorizou o protagonismo estudantil, colocando os participantes no centro do processo de aprendizagem. Desde o início, os estudantes foram engajados nas atividades, especialmente em dinâmicas como simulações de situações trabalhistas reais, que os encorajaram a aplicar os conceitos jurídicos na prática. Essa abordagem prática e participativa foi essencial para despertar o interesse dos alunos e incentivá-los a se tornarem agentes ativos no próprio aprendizado.

Atividades como debates e estudos de caso desempenharam um papel importante nesse processo, ao promoverem a troca de ideias e a reflexão colaborativa. Durante essas dinâmicas, os participantes puderam exercitar suas habilidades de argumentação e resolução de problemas, fortalecendo sua autonomia e confiança. O uso de metodologias participativas, como essas, está alinhado com as reflexões de Minayo (2016), que destaca a importância de práticas educacionais que promovam o engajamento e a construção de conhecimento significativo.

Além disso, o protagonismo estudantil foi fundamental para que os estudantes percebessem o valor do conhecimento trabalhista em sua formação pessoal e profissional. Ao vivenciar situações que simulavam desafios do mundo do trabalho, os participantes compreenderam como as questões jurídicas estão diretamente conectadas ao cotidiano laboral e à cidadania. Isso reforça o potencial transformador de práticas pedagógicas que valorizam a autonomia e o protagonismo no ensino.

3.4 DESAFIOS IDENTIFICADOS

Apesar dos resultados positivos, a execução da oficina revelou alguns desafios importantes que precisam ser superados em futuras intervenções educacionais. Um dos principais foi a dificuldade inicial de alguns estudantes em compreender a terminologia jurídica utilizada durante as atividades. Isso exigiu adaptações constantes por parte da facilitadora, como a utilização de exemplos práticos e uma linguagem mais acessível, para garantir o entendimento e a participação de todos.

Outro desafio identificado foi o tempo limitado disponível para a realização da oficina. Essa restrição dificultou o aprofundamento de temas mais específicos, como os direitos trabalhistas aplicáveis a jovens aprendizes e as questões ligadas à informalidade no mercado de trabalho. Embora a abordagem inicial tenha sido eficiente, esses temas poderiam ter sido melhor explorados com maior tempo e recursos, potencializando o papel educativo da oficina.

Por fim, a experiência destacou a importância de uma formação continuada para professores e mediadores, que são peças-chave para superar as barreiras estruturais e adaptar práticas educativas às necessidades dos estudantes. Além disso, evidenciou-se a necessidade de ampliar os espaços dedicados à educação jurídica no currículo escolar, fortalecendo a interdisciplinaridade e criando oportunidades para abordar temas que são essenciais para a formação cidadã e profissional dos jovens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam o papel estratégico do ensino de Direito do Trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), não apenas como ferramenta informativa, mas como prática formativa voltada à construção da cidadania trabalhadora. A análise qualitativa revelou transformações relevantes entre os participantes, que passaram a demonstrar maior compreensão dos seus direitos e responsabilidades, bem como maior capacidade para refletir criticamente sobre as relações laborais contemporâneas. Tais achados reforçam a premissa de que a educação, quando vinculada à realidade social dos sujeitos, contribui efetivamente para o enfrentamento das desigualdades e para o fortalecimento da agência cidadã.

A oficina pedagógica *“Direito do Trabalho: o que você precisa saber!?”*, destacou-se por integrar saber técnico e reflexão social por meio de metodologias participativas. Ao ultrapassar a mera transmissão normativa, promoveu a apropriação crítica de conceitos centrais, como jornada de trabalho, remuneração digna e segurança laboral. Essa experiência evidencia a potência de práticas pedagógicas que articulam conhecimentos jurídicos com situações concretas, favorecendo o desenvolvimento de competências omnilaterais e preparando os estudantes para uma inserção consciente no mundo do trabalho.

Adicionalmente, a oficina abriu espaço para debates sobre questões estruturais, como informalidade, desigualdade de acesso a direitos e precarização das relações laborais. Ao aproximar os conteúdos escolares das vivências dos estudantes, a proposta viabilizou uma leitura crítica da realidade, conforme defendem Moraes, Tavares e Maia (2025). Essa integração entre teoria e prática potencializa a formação ética e política dos educandos, fortalecendo o currículo integrado como espaço de emancipação e de construção de sujeitos historicamente situados.

Os dados também revelam o engajamento ativo dos estudantes, que assumiram protagonismo no processo de aprendizagem. A utilização de estudos de caso, debates e simulações contribuiu para tornar os saberes jurídicos mais acessíveis e conectados ao cotidiano. Ainda assim, desafios como o tempo restrito e a complexidade terminológica exigiram ajustes metodológicos contínuos, apontando para a importância de um planejamento flexível e de uma mediação qualificada para garantir maior efetividade em experiências futuras.

Por fim, este estudo reafirma o potencial transformador da educação jurídica, quando inserida de forma crítica e contextualizada na formação básica. Ao capacitar os estudantes para o exercício consciente de seus direitos, tais iniciativas promovem

não apenas aprendizagem, mas também participação social qualificada. Para ampliar o alcance de experiências como esta, torna-se necessário investir na formação continuada de docentes, na produção de materiais didáticos acessíveis e na institucionalização de práticas pedagógicas que valorizem o ensino jurídico como componente essencial da formação integral na EPT.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda (org.). **Oficinas em dinâmica de grupo**: um método de intervenção psicossocial. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

APPLE, Michael W. **Educating the “Right” Way**: Markets, Standards, God, and Inequality. 2. ed. New York: Routledge, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: L13709 (planalto.gov.br). Acesso em: 27 de dez. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 84ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação omnilateral: desafio para a pedagogia da educação média integrada**. In: RAMOS, Marise N.; MELLO, Guilherme; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MORAIS, Alda Batista de; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento; MAIA, Sonia Cristina Ferreira; Integração do Ensino do Direito do Trabalho no Currículo do Ensino Médio Integrado à luz dos princípios da Educação Profissional. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 4676–4687, 2025. DOI: 10.16891/2317-434X.v12.e4.a2024.pp4676-4687. Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/2044>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Carlos Faria da. **Construção de um serious game para abordagem de noções de direito do trabalho no contexto da educação profissional tecnológica**. Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/profept/dissertacoes/arquivos-das-dissertacoes-profept/VersoDefinitiva_comFichaCatalogfica.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2025.

SOUZA, Lisley Lourrany Nascimento; ARAÚJO, Wanderson Pereira. **Guia para a realização da oficina pedagógica**. Montes Claros: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2020.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Léa. **Oficinas de ensino**: o quê? Por quê? Como? 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Disponível em: <https://books.google.com/books/about/Oficinas_de_ensino_o_qu%C3%AA_por_qu%C3%AA_como.html?id=yLVJEYJngz0C>. Acesso em: 21 fev. 2025.